

Casa da Freguesia de Escalhão

Anexo 31 de Dezembro de 2017

Índice

Anexo.....	3
1. Identificação da Entidade	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3. Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1. Bases de Apresentação.....	4
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5. Activos Fixos Tangíveis	8
6. Activos Intangíveis	9
7. Locações	9
8. Custos de Empréstimos Obtidos.....	9
9. Inventários.....	10
10. Rédito	10
11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	10
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	11
14. Imposto sobre o Rendimento	11
15. Benefícios dos empregados.....	11
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
17. Outras Informações	12
17.1. Clientes e Utentes	12
17.2. Outras contas a receber	13
17.3. Diferimentos.....	13
17.4. Caixa e Depósitos Bancários.....	14
17.5. Fundos Patrimoniais	14
17.6. Fornecedores.....	14
17.7. Estado e Outros Entes Públicos	14
17.8. Outras Contas a Pagar	15
17.9. Subsídios, doações e legados à exploração	15
17.10. Fornecimentos e serviços externos	15
17.11. Outros rendimentos e ganhos	16
17.12. Outros gastos e perdas.....	16
17.13. Resultados Financeiros	16
17.14. Acontecimentos após data de Balanço	17

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Casa da Freguesia de Escalhão” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, com sede em Escalhão. A sua actividade consiste na prestação de serviços de apoio social a idosos com e sem alojamento e prestação de serviços de apoio social a crianças, com as seguintes valências:

Equipamento Infância e Juventude:
- Creche
-Jardins-de-Infância
-Actividades de Tempos Livres

Equipamento Terceira Idade:
- Centros de Dia
-Apoio Domiciliário
-Lares

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

De acordo com o novo referencial contabilístico a contabilidade foi executada no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivos contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

- *Nos Diferimentos (gastos a reconhecer)* registamos essencialmente os seguros de viaturas, seguros de acidentes pessoais que se estendem ao exercício futuro sendo gasto desse ano.
- *Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)* estimam-se gastos com subsídios de férias e férias e respectivos encargos sociais e gastos com electricidade de modo a reconhecer em 2017 os gastos efetivos, apesar de serem pagos no ano seguinte.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e o mais o relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente

atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.3. Propriedades de Investimento

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.4. Activos Intangíveis

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.5. Investimentos financeiros em curso

Os Investimentos em curso totalizam 175.921,44€.

3.2.6. Inventários

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa. Em 31/12/2017 esta instituição detinha 6.725,31€ em matérias-primas.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

(Não aplicável a esta entidade)

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados/membros que não registaram saldos no final do período de 2017.

Cientes e outras contas a Receber

A rubrica “*Cientes*” apresentava em 31/12/2017 um saldo de 20.854,24€.

Outros activos e passivos financeiros

(Não aplicável a esta entidade)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor e apresentava um saldo em 31/12/2017 de 56.634,33€.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

A rubrica “*fornecedores*” apresentava um saldo de 14.881,86€ e a rubrica “*outras contas a pagar*” um saldo final de 65.282,49€.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51-Fundos	415.875,29 €	0,00 €	0,00 €	414.875,29 €
55-Reservas	22.261,35 €	0,00 €	0,00 €	22.261,35 €
56-Resultados Transitados	376.445,49 €	0,00 €	(7.919,03)€	368.526,46€
59-Outras Variações	358.388,79€	0,00 €	(13.115,40)€	345.273,39€
88 Resultado Liquido	(7.919,03)€	21.034,43€	0,00€	18.889,65€

3.2.9. Provisões

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), as

- a) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

(Não aplicável a esta entidade)

Bens do património histórico, artístico e cultural

(Não aplicável a esta entidade)

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	TR	RV	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	498,80	-	-	-	-	498,80
Edifícios e outras construções	1.669.640,81	-	-	-	-	1.669.640,81
Equipamento básico	342.935,62	-	-	-	-	342.935,62
Equipamento de transporte	60.810,79	-	-	-	-	60.810,79
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	35.526,89	-	-	-	-	35.526,89
Outros Ativos fixos tangíveis	28.639,77	499,99	-	-	-	29.139,76
Total	2.138.052,68	499,99	-	-	-	2.138.552,67
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	648.375,93	30.157,82	-	-	-	678.533,75
Equipamento básico	337.928,99	3.650,76	-	-	-	340.949,75
Equipamento de transporte	60.810,79	-	-	-	-	60.810,79
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	34.758,70	112,07	-	-	-	34.870,77
Outros Ativos fixos tangíveis	18.491,86	1.696,73	-	-	-	20.188,59
Total	1.099.736,27	35.617,38	-	-	-	1.135.353,65

6. Activos Intangíveis

Bens do domínio público

(Não aplicável a esta entidade)

Outros Activos Intangíveis

(Não aplicável a esta entidade)

7. Locações

(Não aplicável a esta entidade)

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Esta entidade detinha empréstimos bancários em 31/12/2017 o valor de 22.857,16€.

9. Inventários

Em 31/12/2016 e comparativamente em 31/12/2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Movimentos	Matérias-Primas 2016	Matérias-Primas 2017
Existências Iniciais	5.691,44€	6.116,42€
Compras	108.758,89€	105.468,44€
Reg. Existências	0,00€	22.260,00€
Existências Finais	6.116,42€	6.725,31€
CMVMC	108.333,91€	82.599,55€

Este ano o custo das matérias-primas baixou porque pela primeira vez teve-se em consideração a afetação das mesmas aos gastos destas que são destinadas ao pessoal, num valor de 22.260,00€ que foi afetado diretamente à rubrica 63- Gastos com pessoal.

10. Rédito

Para o período de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	2 84.218,00	286.896,00
Quotas dos utilizadores	282.432,00	285.137,00
Quotas e Jóias	1.786,00	1.773,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...Descontos e abatimentos	(317,00)	(14,00)
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	283.901,00	286.896,00

11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

(Não aplicável a esta entidade)

Passivos contingentes

(Não aplicável a esta entidade)

Activos contingentes

(Não aplicável a esta entidade)

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Governo	296.492,83	336.583,19
Instituto da Segurança Social (Terceira Idade-Apoio Domiciliário)	11.609,90	28.008,28
Instituto da Segurança Social (Terceira Idade-Centro de Dia)	7.590,10	7.971,12
Instituto da Segurança Social (Terceira Idade-Lar)	187.963,01	190.008,47
Instituto da Segurança Social (Inf. Juventude-Creche)	25.728,58	28.091,51
Instituto da Segurança Social (Inf. Juventude-Jardim de Infância)	42.296,52	47.821,92
Instituto da Segurança Social (Inf. Juventude-ATL)	7.235,12	7.561,80
Apoios do Governo		
Autarquias	9.709,76	24.732,28
Instituto de Emprego e Formação Profissional	4.359,84	2.387,81
Inatel		
...		
Total	296.492,83	336.583,19

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(Não aplicável a esta entidade)

14. Imposto sobre o Rendimento

(Não aplicável a esta entidade)

15. Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos desta Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoal ao serviço desta Entidade em 2017 foi de 33.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários nos últimos dois anos foram os seguintes:

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	337.941,84	375.666,04
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	71.316,63	77.146,21
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.978,49	4.492,91
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	-	120,00
Total	414.236,96	457.425,16

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Clientes e Utentes

Para o período de 2016 e 2017 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Cientes e Utentes c/c	18.424,89	18.424,89
Clientes		
Utentes	18.424,89	20.854,24
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	18.424,89	20.854,24

17.2. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2017
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	18.004,59	14.185,72
Perdas por Imparidade	-	-
Total	18.004,59	14.185,72

17.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros Antecipados	1.620,98	3.976,03
	-	-
...	-	-
Total	1.620,98	3.976,03
Rendimentos a reconhecer		
	-	-
Total	-	-

17.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Caixa	3.827,59	1.000,00
Depósitos à ordem	21.525,12	53.972,08
Depósitos a prazo	-	-
Outros	1.739,35	1.661,35
Total	27.092,06	56.634,33

17.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	415.875,29	-	-	415.875,29
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	22.261,35	-	-	22.261,35
Resultados transitados	376.445,49		(7.919,03)	368.526,46
Excedentes de revalorização		-	-	
Outras variações nos fundos patrimoniais	358.388,79	-	(13.115,40)	345.273,39
Total	1.172.970,92	-	(21.034,43)	1.151.936,49

17.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Fornecedores c/c	14.940,26	14.881,86
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	14.940,26	14.881,86

17.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.220,67	1.001,17
Outros Impostos e Taxas		
Total	1.220,67	1.001,17
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.298,00	2.430,00
Segurança Social	8.796,38	10.190,00
Outros Impostos e Taxas		
Total	11.094,38	12.620,00

17.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	100,94	-	99,43
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Outras Operações	-	100,94	-	99,43
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	57.425,40	-	65.047,70
Outros credores	-	-	-	135,36
	-	-	-	-
Total	-	57.526,34	-	65.282,49

17.9. Subsídios, doações e legados à exploração

Os “*Subsídios e Apoios do Governo*” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota **12**.

17.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos de 2016 e 2017, foi a seguinte:

Descrição	2016	2017
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	42.667,83	24.128,62
Materiais	3.331,52	2.616,38
Energia e fluidos	23.049,41	23.454,39
Deslocações, estadas e transportes	661,87	973,27
Serviços Diversos	10.933,35	7.467,76
Total	80.643,98	58.640,42

17.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	18.686,03	13.772,82
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	38.773,78	25.456,01
Total	57.459,81	39.228,83

17.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Impostos	250,51	50,82
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	308,38	8.783,71
Total	558,89	8.834,53

17.13. Resultados Financeiros

No período de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e gastos similares:

Descrição	2016	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	564,02	701,33
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	564,02	701,33
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(564,02)	(701,33)

17.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Escalhão, 31 de dezembro de 2017